

HISTÓRIA E PROJETO: UM DEBATE ESCLARECEDOR

Maria Irene Szmrecsanyi

Como entender a relação entre história e projeto? Constitui a história um conhecimento ornamental, referencial ou instrumental à elaboração do projeto arquitetônico-urbanístico? Ou seria, talvez, a história um obstáculo à criação, estabelecendo modelos anacrônicos e criando normas asfixiantes? O que distingue a história do historicismo? Que tipo de historiografia fazemos? A partir de quais valores? Como obter um conhecimento histórico válido, esclarecedor e inspirador da ação projetual?

As questões discutidas no simpósio “História e Projeto: A Produção do Conhecimento”, que inaugurou a área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, recepcionando sua primeira turma, atingiram a razão da existência da área e as diretrizes de qualidade as quais se propõe seguir.

Tratou-se, além disso, do *modus faciendi* dos mestrados e doutorados: Como se dá o processo de pesquisa, do ponto de vista de um mestrando e um doutorando? Como o orientado entende a orientação? Como, na efetivação de mestrados e doutorados, atender a políticas federais de redução de prazos, mantendo qualidade?

As contribuições dos convidados foram reunidas em três sessões. Uma teórico-crítica, discutindo cidade, política e cultura, e duas voltadas para práticas, sem deixar de lado a crítica, ilustrando o papel da metodologia de pesquisa e da orientação.

Prestigiosamente, os trabalhos do simpósio foram abertos por duas vezes. Na primeira pelo professor Wilson Jorge, presidente da CPG-FAU, que discriminou as oito áreas nas quais foi reorganizada a pesquisa no programa de pós-graduação da FAUUSP. Na segunda, ao findar da manhã, o professor Ricardo Toledo, diretor da FAU, veio cumprimentar a iniciativa da área História e Fundamentos e celebrar a contribuição aos cursos pós-graduados da escola, anteriormente, acumulada pelo Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto.

Em seguida, como coordenadora da comissão organizadora do simpósio e do Conselho de História e Fundamentos, ambos integrados pelos professores Maria Lucia Gitahy, Marta Dora Grostein e Mário Henrique D’Agostino, iniciei as palestras analisando as origens remotas da área de concentração. Recapitulei o brotar da pesquisa em história, ciências sociais e estética, no início dos anos 60, no Departamento de História, recém-fundado na FAUUSP, incentivada por alguns

docentes hoje aposentados, mas ainda influentes no pensamento e laboratórios da escola, a quem se prestava tributo. Destaquei também o apoio dos professores Júlio Katinsky e Gustavo Neves da Rocha, ali presentes.

Três figuras foram consideradas geradoras do departamento: Nestor Goulart Reis Filho, Flávio Motta e Juarez Rubens Brandão Lopes, cada qual formador de vários dos professores pesquisadores que atuaram e vêm atuando nos 40 anos do AUH. Por sua escolha e intermédio o conhecimento foi colocado como um processo em andamento, exigindo a contribuição do estudo constante, da inclusão de temas próprios ao país, dentro de perspectiva captadora da dinâmica social. Assim, priorizaram, como objeto de estudo, os núcleos urbanos, a urbanização, a constituição da arquitetura como profissão, o avanço das artes plásticas, das técnicas, da sociedade urbano-industrial no Brasil.

Não obstante ter sido originalmente delimitado como período comum de estudo a primeira república, as teses desses fundadores trataram de épocas diversas, com uma abrangência que compreendeu tanto a colônia como a passagem para o século 20 ou a fase da chamada sociedade urbano-industrial, pós 1930, como preparo e “introdução” para o conhecimento do movimento moderno, tema fundamental da historiografia europeia ou norte-americana do momento, mas que acabou sendo praticamente deixado em aberto para outras gerações. Estas continuaram esse trabalho orientadas por esses mestres e seus discípulos primeiros, dentro do pós-graduado Estruturas Ambientais Urbanas, hoje em extinção, que esses mestres ajudaram a criar.

Mostrei ainda o interesse de membros desse grupo, já na época de estudantes na FAUUSP, pela documentação da arquitetura nacional, incluindo a vernacular, inspirada pelo papel do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e pela atuação de Mário de Andrade, Luis Saia e Rodrigo Mello Franco. Além do SPHAN, apontei como instituições que favoreceram a formação desse grupo de pesquisa em 1962, a Fapesp, inaugurada em 1960, pois patrocinou bolsas para estudantes ou recém-formados integrados à equipe, e o Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, pelo modelo de investigação coletiva, era aquela conduzida por Florestan Fernandes.

Finalizando, ressaltei o papel precursor do grupo, pela fundação do Departamento das Disciplinas Histórico-Críticas (depois renomeado de História da Arquitetura, do Urbanismo e Estética do Projeto), antecipando a Reforma Universitária e destaquei, sobretudo, seu pioneirismo na institucionalização da pesquisa sobre as transformações da arquitetura e a evolução urbana brasileiras, visando à construção de uma historiografia com base científica.

A crítica à modernidade, entendida como o império dos valores mercantis capitalistas, constituiu a exposição da filósofa Olgaria Matos, designada “Pós Polis”. Para ela, a cultura moderna é dominada por valores anti-humanistas. O mundo burguês, tipificado pela cidade europeia do século 19, ao mercantilizar todos os aspectos da existência, trivializar a tecnologia na vida cotidiana e depois

transformá-la em fantasma da guerra, privilegiar os espaços privados, hostilizando os públicos, e, vorazmente, destruir o já criado, devora o melhor do ser humano.

A modernidade consistiu na entronização desses valores perversos. E eles continuam como essência da chamada pós-modernidade, no grotesco caricatural de seus movimentos neo-retrô. O simulacro do passado não constitui história, porém farsa. A grande ilusão patrocinada pela pós-modernidade oculta a perda mundial da cidadania.

Francisco Foot Hardman, professor e coordenador da área de concentração em Teoria Literária do Instituto de Linguagem da Unicamp, congratulou-se com a abordagem multidisciplinar, humanística, que caracteriza a FAU desde sua fundação, valorizando-a como patrimônio que não pode ser destruído para atender a exigências de órgãos federais redutores da formação universitária, a dados meramente estatísticos e a pilhas de documentação. Se a divisão por áreas permite uma maior coordenação de trabalhos, pode, por outro lado, destruir esse cabedal, alertou ele.

Defendeu a história como a perspectiva que, por excelência, permite a integração multidisciplinar. Em seu instituto foi a perspectiva capaz de superar a decepção na crença, própria aos anos 70, que a integração das ciências sociais poderia ser feita pela teoria lingüística estruturalista.

Elogiou, sobretudo, o fato de, na FAU, o estudo da história ter tido como fio condutor a modernidade, a partir da rica herança dos modernistas de 22, sem, contudo, limitar-se a ela, mas colocando em transação com outras modernidades soterradas. Da mesma forma, o conhecimento do Brasil, procurado desde a época de estudantes, pelos professores fundadores, evitou o risco do etnocentrismo da metrôpole paulista. Por isto haveria de preservar-se esse perfil específico e valioso.

Os problemas de entrosamento dessa perspectiva histórica com outras, também essenciais para a FAU, foi colocado pela professora Regina Meyer. “*A Bauhaus não incorporou a História em seu currículo para nós exemplar em muitos sentidos e essa desqualificação da História, cria para a Faculdade um dilema ainda mal resolvido*”, lembrou ela na mesa-redonda Cidade, História e Projeto. Mas, prosseguiu a profesora, a crítica exige entendimento histórico e fundamentação historiográfica. Para avaliar o moderno é necessário inseri-lo em seu momento histórico, levantando e interpretando suas raízes. Por exemplo, é preciso lembrar que, no Brasil, o moderno tem suas peculiaridades e seu *timing* específico, nascendo dentro de um processo de busca da identidade nacional.

Outra dificuldade própria à área de História e Fundamentos, segundo ela, é o fato de seus orientadores pesquisarem a obra de seus coetâneos, senão colegas de trabalho. Sugeriu, portanto, que deveriam ser discutidas as repercussões dessa falta de distanciamento no/sobre o julgamento historiográfico. Por outro lado, alertou contra os perigos do historicismo, praga freqüente na atualidade e que não pode ser confundida com a história. Questionou também a necessidade da tábula rasa para aplicar princípios de excelência na organização dos objetos e do espaço.

Por fim, a professora defendeu que para o urbanista importa conhecer o encaminhamento do processo social de urbanização, tratando das forças de constituição e modificação de necessidades das cidades ou regionais, pois esse conhecimento, embora não garanta a qualidade do projeto urbanístico, pode evitar erros e inspirar propostas plenamente conscientes da natureza contraditória da realidade e, por isto, mais responsáveis.

A dificuldade de a interpretação historiográfica se liberar da ideologia foi analisada pelo professor Mário Henrique D'Agostino. O professor partiu de ressalvas, tanto ao caráter totalitarista atribuído em “Quando o moderno era uma causa e não um estilo”, por Anatole Kopp, à arquitetura pós-moderna da década de 80, quanto à natureza democrática, ele atribui ao movimento moderno dos anos 20.

Com base em tratadistas, incluindo Alberti e Filareto, ou em autores da Escola de Veneza nos anos 60 como Tafuri e Manieri-Elia, Agostino mostrou a vinculação do classicismo e do neoclassicismo ao poder e à manutenção das distâncias sociais. Depois, concordando com Colin Rowe, apontou semelhanças entre as diretrizes a-históricas e supra-individuais do projeto moderno e aquelas do classicismo. Apontou que a cidade da *Carta de Atenas* não comporta monumentos, só funções. Os enormes edifícios modernos, pretendendo ser o símbolo de uma nova sociedade e de um novo homem, propuseram-se a engolir a urbe, viraram de tal modo as costas à pluralidade da cidade que tiveram sua hora de implosão, mas emblemáticas quedas do conjunto residencial de Yamasaki, em Saint Louis, e das torres gêmeas, em Nova York.

Por isso tudo, o professor considerou que o foco da crítica à arquitetura contemporânea deveria incidir não sobre o que aponta Kopp, mas sim sobre o abuso de citações em um historicismo falsificador do passado e do presente. Trata-se, pois, da mentira projetual. Mentira que se consagra na repetição de shopping centers erigidos como harmônicas cidades-faz-de-conta, em um verdadeiro clímax da anti-realidade.

Iniciei o debate afirmando que, positivo ou negativo, o presente (e não só o passado) também é objeto da história e, por isto mesmo, teria de ser entendido em seu caráter específico, captando-se o substrato social no qual se inserem as manifestações culturais. Isso exigiria discutir a natureza das relações econômicas e políticas atuais, apreciando se ainda podem ser classificadas como capitalistas, ou, mais precisamente, imperialistas, como colocado por Manieri-Elia e Tafuri em sua análise da cidade norte-americana na passagem para o século 20. Solicitei, então, aos palestrantes, o avanço da reflexão sobre a natureza mais profunda dos processos contemporâneos que suas falas haviam desvendado.

Respondendo, o professor Mario Henrique considerou essa uma tarefa evidentemente necessária e multidisciplinar, pois exigiria ultrapassar a análise da forma, em um mergulho na análise econômico-social, segundo os moldes de cooperação obtidos pela Escola Historiográfica de Veneza. Para a professora

Meyer, a historiografia teria de captar as especificidades da realidade histórica brasileira, para chegar a assentar marcos e bases para a crítica da modernidade ou da pós-modernidade. Respondendo à questão, a filósofa Olgaria Matos acentuou o que caracteriza o presente em termos mundiais – é a carência de cidadania.

Na sessão seguinte, os expositores foram Cândido Malta Campos Neto e Hélio Herbst, respectivamente doutor e mestre, formados pela FAU, hoje docentes de outras escolas, comentados, o primeiro, por Marta Dora Grostein, e o segundo, por Luis Américo Munari.

Cândido mostrou como foi construída sua tese premiada “Rumos da cidade: Urbanismo e modernização em São Paulo”, orientada por Philip Gunn. A pesquisa e redação desse volumoso trabalho tomou-lhe nove anos, parte dos quais preparando um mestrado e, outra parte, já transferido para o doutorado, envolvendo três exames de qualificação. Esse longo período decorreu, por um lado, de um vastíssimo levantamento de dados nas atas da Câmara de Vereadores e sobre o setor de urbanismo da PMSP, gestão por gestão, desde o final do século 19 e início do 20 até 1945. E, de outro lado, encontrou dificuldades para interpretar esse material, uma vez que buscou inúmeras fontes teóricas, mas só encontrou a adequada ao ouvir a palestra de Raymundo Faoro sobre a natureza incoerente da modernidade no Brasil e suas causas históricas.

Hélio Herbst apresentou como seu mestrado foi informado pela estética da recepção. Trabalhando com os projetos arquitetônicos selecionados para as primeiras bienais de São Paulo, procurou verificar, tendo por base a teoria de Jauss, como essas escolhas, e com isto as tendências dominantes da memória histórica, são seletivas-excludentes e quais foram seus critérios,

A sessão O Processo de Orientação foi aberta pela professora Rebeca Scherer, que o definiu como um permanente vaivém entre o concreto e o abstrato, com prazos alarmantes devido a dificuldades das tarefas a realizar, tais como a discussão de conceitos, a avaliação de paradigmas, a contextualização do objeto, tudo envolvendo erudição. Para ela, a função primordial do orientador é ensinar a formular questões. Estas surgem do presente, gerando problemas. São passos teóricos que têm exigências metodológicas muito precisas; por exemplo, com que base fazer o recorte temporal do período a ser estudado? Ou quais as relações decisivas, as econômicas, as ideológicas?

Mesmo as técnicas de coleta – a bibliográfica, as entrevistas – não são aleatórias. Faz falta uma disciplina de método e técnicas. Os alunos improvisam. Coletam dados e mais dados na ilusão que isto resolve, quando, de fato, é a questão formulada que deve dirigir o tipo e a quantidade da coleta. Por isso tudo, a orientação é um processo difícil, trabalhoso e exige assiduidade.

O professor Philip Gunn, refletindo sobre sua experiência como orientador, começou considerando a organização em novas áreas um momento crítico para se redefinir a interdisciplinaridade na FAU e não se repetir a estrutura

departamental. Depois comentou o papel regulador da Capes na criação, operação, controle, credenciamento, concessão de bolsas, avaliação dos programas de pós-graduação. Identificou como ponto de crise permanente, nesses processos, o problema de comparar diferenças e desigualdade usando “quantativismo”, quando a realidade é a peculiaridade do aluno, do orientador, do curso e da própria escola. Para ele, nisso há interesse pelo crescimento e a evolução, mas não a preocupação com a decadência e morte. Ou constitui um sistema ao qual se aplicam as críticas de E. P. Thompson em *A miséria da teoria: Reduccionismo e mecanicismo*.

Quanto às funções do orientador, o professor lembrou que ele não é nem advogado, nem despachante. Também não é pai ou mãe. Apontou que alguns orientandos nunca querem usar a orientação, uns porque de fato não precisam. Mas a função do orientador varia conforme os objetivos do curso: o de especialização visa cobrir deficiências da graduação, o mestrado visa ao domínio do estado da arte por temas, discutindo a bibliografia, e o doutorado visa à produção de conhecimento original. O orientador tem de ter um trabalho cuidadoso, primeiro, na percepção do estágio em que aluno se encontra, quase dando eco às suas idéias. É fundamental para o aluno ganhar consciência do objetivo acadêmico de seu trabalho, que é o resultado final.

Além disso, há etapas institucionais na especialização, no mestrado ou no doutorado, das quais o orientador precisa conscientizar o aluno. Há de mostrar-se que o trabalho de PG não é igual aos da graduação, nem aos da vida profissional. Não se trata de relatórios descritivos, mas muito mais de ensaios. O ensaio consiste em desenvolver idéias, aprofundando as peculiaridades do assunto tratado. Considerou que há oportunidades de mudar ao fazer as disciplinas, os trabalhos programados, na ocasião do memorial e durante a dissertação. O orientador tem de dialogar, ajudando a evolução temática. E há sempre uma checagem final, um pente fino na editoria do material para a banca.

A professora Maria Lúcia Gitahy fez ver que a pesquisa responde inicialmente a uma inquietação interna. Pesquisa é o desconhecido, o risco, a coragem, a atenção muito paciente, a humildade constante, sem o que é muito difícil reconhecer nossos limites. Por que orientação? O pesquisador trabalha, às vezes, sozinho, mas se trata de uma atividade coletiva e institucionalizada, um processo coletivo. As áreas operam nesse sentido, agregando pesquisadores. Isto pode ser feito desde a iniciação científica e os TGF. O orientador é o mais experiente, com quem se caminha no desconhecido. Não se pode ensinar a pesquisar, se não se estiver pesquisando. E não se pode orientar qualquer trabalho.

A professora apontou que o orientador pode e deve estimular o espírito crítico, pode e deve identificar diferentes opções metodológicas, pode esclarecer como escolher a bibliografia, como chegar ao estado da questão, mostrando como constrói seus próprios argumentos, suas análises, seus questionamentos, suas

conclusões. Mas orientando não pode nem deve se restringir à visão de seu orientador. É preciso haver um diálogo e, no âmbito do mesmo, o orientando fazer suas próprias opções metodológicas.

Lembrou também que a identificação do estado da arte pode demorar toda a pesquisa. Tem-se de dar conta de toda a bibliografia, inclusive internacional. Busca-se a atualidade e a tradição própria ao tema da pesquisa. A relação de orientação é penosa, porém gratificante quando há respeito mútuo, apreço ao conhecimento, liberdade de crítica, de pensamento, com liberdade e responsabilidade.

As pesquisas na PG são, por definição, individuais, o que cria os dilemas do isolamento. Como fazer o trabalho conjunto e garantir a liberdade do pesquisador nas pesquisas em grupo, em laboratório? Muitas tensões vêm à tona. Há muito esforço para construir um grupo criativo. Sugere um seminário coletivo periódico. O contato presencial com o orientando é necessário, porém em intensidade variável, conforme o momento da pesquisa.

Acrescentou, como ponto para discussão, o julgamento Capes de o mestrado, na FAU, ser muito longo. Considerou que, apesar de tratar-se de avaliação de mérito discutível, o sistema de avaliação deve ser levado em conta, pois envolve os custos com dinheiro público na formação do estudante. E o país precisa de mestres e doutores para atuar. A passagem do mestrado para o doutorado, com três exames, implica em prazos muito dilatados. Concluiu que o próprio caráter do mestrado tem de ser repensado.

O professor Paulo Bruna tratou, exatamente, da necessidade de levar-se em conta a política federal de pós-graduação. Ponderou, com base em estatísticas, que se formam números desconfortavelmente baixos nos pós-graduados do país. Muito aquém do que se necessitaria, caso o desenvolvimento acontecesse aceleradamente nos próximos anos. Para aonde deverá ir o ensino da universidade nesse modelo? Para uns, seria necessário aumentar o número de vagas nas universidades públicas. O raciocínio é simples: a infra-estrutura existe, basta trabalhar à noite, pois 68% fazem cursos noturnos, e oferecemos menos de 17% das vagas à noite. O Estado rapidamente poderia aumentar o número de vagas, se assim o desejasse.

Mas a USP privilegia o modelo da relação entre ensino e pesquisa. A pós-graduação realimenta o conhecimento pela pesquisa. É qualidade que se deseja. Nem todas as escolas têm esse modelo. Aumentar brutalmente o número de vagas, por lei, como ocorreu na Argentina, Itália, Espanha, significa abandoná-lo. Serão as universidades privadas que deverão arcar com a tarefa nos próximos anos, se a USP não quiser perder a essência de sua qualidade. Não se massifica a pesquisa, há recursos limitados, restringindo o número de pesquisadores.

Nem todo universitário tem prediposição e interesse pela pesquisa, a grande maioria está preocupada com a inserção no mercado de trabalho competitivo por meio da qualificação profissional. O pesquisador com níveis de excelência na

graduação deve ir para a PG. Esse é o profissional que compete à USP formar, e que irá alimentar as privadas. A falha das universidades privadas não é relativa ao seu dinamismo comercial, mas à sua falta de competência, de gente qualificada. Nas próximas décadas, o desafio será muito maior do que o pressuposto pelo modelo atual. Essa é a realidade de fato. Cabe formar profissional de presença acadêmica, e não para o mercado, como são os de graduação. Órgãos oficiais falam em diminuir prazos que são de três e quatro anos. Gente de menor qualificação, em menor prazo, ou as universidades privadas não terão gente qualificada.

O professor considerou que a FAU tem excelente desempenho, mas seu prazo de doutorado é muito longo para todos os padrões universitários que se queiram. Há dois anos eram 74 meses, em média, para mestrado, 84 para doutorado. A CPG está pressionando para prazos menores. Os orientadores devem pressionar seus orientandos. O problema é como conduzir um aprendizado em prazos menores. A Fapesp já definiu o modelo: bolsas para os alunos os quais, em tempo integral, completarem o mestrado em dois anos. Em consequência, surge a pergunta: estamos exigindo mais do que deveríamos? Provavelmente sim.

Apontou ainda que o ideal atual é o mestrando ter uma bolsa, para que possa se dedicar em tempo integral. Deve ser jovem, com carreira pela frente, com até cinco anos de formado, e deve comprometer-se por contrato a tempo integral. As universidades adotam esse modelo sem mais nem menos, mas isto está errado, é injusto, uma vez que a USP tem profissionais com mais de 10 anos de formados, que estão ensinando e não vão se diplomar em dois anos. Qual a quota de uns e de outros? Como defender isso perante padrões de exigência da Capes, de dois anos? Qualificar é a obrigação maior. A conclusão é: na PG o problema é muito mais complexo do que a relação professor-aluno e trata-se de algo a ser enfrentado.

A professora Maria Cecília França Lourenço explicou que orienta estudos sobre o Brasil, no período de 1850-1950, que acolhem a alteridade. Entende que a raiz de seus procedimentos está nos objetivos da cultura e extensão: a pesquisa vai para a sociedade e volta. A indignação relativa à hoje é motivo de volta ao passado. Só sabe trabalhar com o quê causa indignação, não com o comovente ou o belo. Trabalha com memórias e esquecimentos. Apagam-se muitos fatos para cada memória. Criamos mitos sem percebê-los. É preciso escolher o tipo de história a fazer. Não a grande narrativa: é preciso desconstruir a grande narrativa, elegante, ritmada.

Orienta em grupo, em que há troca, aprende-se uns com os outros. Ali se trata de novas questões, novos teóricos, da discussão contemporânea. Trabalha na chave arte-cidade: indaga por que as circunstâncias tornam objetos visíveis ou não. Trata do esquecimento-apagamento, ou seja, de como a obra se torna pública e por que algumas não adquirem esse estatuto, pois, sem visibilidade, não existem.

Acredita que o acesso ao conhecimento é algo que permite ao indivíduo chegar à estrutura humana e que a franja da sociedade tem direito ao patrimônio e à memória. Tem mais interesse em saber quem tem esse direito e menos em individualizar objetos como patrimônio, embora em vários momentos tenha participado de grupos desta natureza, como o Centro de Preservação Cultural da USP – CPC.

Concluindo, apresentou uma crítica ao historicismo, feita por Nietzsche em 1874. Este aponta três tipos de história: a crítica, a antiquária e a monumental. A crítica demole: para poder viver, o homem deve quebrar e destruir; é um tribunal da justiça. A antiquária é a do colecionador: o antigo comove, embeleza, tem a pátina do tempo. Está muito ligada ao patrimônio dos antepassados. Degenera a partir do instante em que o ar vivificante do momento não anima, nem inspira mais; trata de um passado que não tem, ou não pressupõe, um presente. A monumental – de *mens*, indo-europeu, o que a mente é capaz de trazer do inexistente – é feita por quem não quer ser invadido pelo desespero e repugnância ante o presente. A intuição lhe diz: aquilo que outrora foi capaz de dilatar a concepção de homem e realizá-la com mais beleza deverá existir eternamente, para ser, eternamente, capaz de ser repetida. Para a professora, a história só tem sentido, na verdade, quando se põe a serviço do passado e do presente e não quando enfraquece o presente e arranca os germes vivos do futuro.

Encerrando o seminário, agradei a presença de todos e declarei que as reflexões e questões levantadas por professores e alunos informarão o planejamento dos objetivos e atividades da área.

Maria Irene Szmrecsanyi

Cientista social, doutora em sociologia, professora do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, professora orientadora no curso de pós-graduação, membro da Comissão de Pós-Graduação da FAUUSP e coordenadora da área de concentração: História e Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo.